



Informação nº: 91/2020 – DIASP 1

Brasília/DF, 23 de outubro de 2020.

Processo nº: 00600-00000674/2020-11

Jurisdicionado: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF

Assunto: Representação

Valor Envolvido: R\$ 5.092.313,27

Ementa: Representação com pedido de liminar de autoria da empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – Eireli, CNPJ nº 20.936.189/0001-36. Dispensa de Licitação nº 453/2020, para contratação emergencial de empresa especializada em construção civil para implantação de Hospital de Campanha no Estádio Nacional de Brasília, Mané Garrincha. Contrato nº 067/2020-SES. Decisão nº 1225/2020. Conhecimento e diligências. Informação nº 43/2020. Análise de Mérito. Decisão nº 1919/2020. Decisão nº 4360/2020. Representação incidental apresentada por membro da CLDF. Nesta fase: exame da admissibilidade da Representação. Pelo conhecimento.

Senhor Secretário,

Os autos foram autuados para tratar de Representação apresentada pela empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI, CNPJ nº 20.936.189/0001- 36, em face do procedimento de Dispensa de Licitação nº 453/2020 destinado à implantação de hospital de campanha no Estádio Nacional Mané Garrincha, para a criação de 200 (duzentos) leitos de internação para tratamento de pacientes com COVID-19.



2. Incidentalmente, o Exm.^o Sr. Deputado Distrital Leandro Grass apresentou Representação acerca de possíveis irregularidades praticadas pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF no processo de contratação de empresa para a implementação do aludido Hospital de Campanha.

3. Convém destacar a juntada aos autos em 22.10.2020 do Ofício nº 586/2020 – GPCF¹ por meio do qual foi informada a publicação do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 067/2020 – SES/DF:

Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 067/2020-SES/DF. SIGGO: 40873. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa CONTARPP ENGENHARIA LTDA. CNPJ nº 26.412.148/0001-27. Objeto: prorrogar o prazo de vigência do Contrato até o dia 21/11/2020, para a execução da DESMOBILIZAÇÃO DO HOSPITAL DE CAMPANHA COM ENTREGA EM LOCAL DEFINIDO PELA CONTRATANTE, item 9.2. da Planilha Orçamentária 37994759, sem qualquer ônus para a SES/DF, com fundamento no 4º-H da Lei nº 13.979/2020. Vigência: a contar da assinatura. Despesa de Publicação: SES. Processo nº: 00060-00129560/2020-83. Data de Assinatura: 06/10/2020. Pela SES/DF: OSNEI OKUMOTO. Pela contratada: RODRIGO C. PEREZ DE ALMEIDA. Testemunhas: ANA PAULA SOUSA P. E SILVA e LUCIANE DE SOUZA BRITO. Publicação do Ajuste Original: 13/04/2020.

¹ e-DOC [D87E89BE-e](#) (peça 60).



ADMISSIBILIDADE DE REPRESENTAÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO	
1.1 – Representante:	Deputado Distrital Leandro Grass.
1.2 – Teor da Representação:	<p>O Representante informa que a Representação tem “<i>por escopo avançar na fiscalização relacionada ao processo de dispensa de licitação que ensejou na contratação da empresa Contarp Engenharia Ltda. para a adequação do Estádio Nacional Mané Garrincha para a implementação de Hospital de Campanha, com a criação de 200 leitos para a internação de pacientes em tratamento de coronavírus.</i>”²</p> <p>Em linhas gerais, o Representante alega as seguintes irregularidades:³</p> <ul style="list-style-type: none">• exíguo prazo entre a publicação do “Aviso de Abertura de Dispensa de Licitação” (edição extra do DODF de 2.4.2020) e a data para a apresentação de propostas (até as 15h do dia 3.4.2020);• não disponibilização para acesso público do respectivo Processo SEI-SES/DF que tratou do certame, o que teria dificultado a verificação dos “detalhes da proposta e o objeto a ser contratado e efetivamente realizado”;• provável divulgação do respectivo Projeto Básico somente após a celebração do Contrato, sendo que apenas neste primeiro documento constavam os requisitos de apresentação de proposta e contratação e a qualificação técnica das empresas concorrentes, a adoção do critério de “menor preço”, e que seria julgada vencedora a empresa que apresentasse o maior desconto;• inexistência de um “canal de comunicação oficial” pela SES/DF para o recebimento de propostas, os quais são recebidos em “e-mails do Gmail” no caso de dispensa de licitação, e não por endereços eletrônicos institucionais, ao contrário de outros órgãos no DF, como a Secretaria de Estado de Economia, o que facilitaria a fiscalização “por parte dos setores competentes”;• seleção da empresa classificada na “sétima posição nas propostas apresentadas”, em detrimento das outras seis que apresentaram o melhor preço;• desclassificação “sumária” e “sem publicidade dos fundamentos” das propostas mais vantajosas apresentadas pelas seis empresas mais bem classificadas;• a empresa contratada para a prestação do objeto em tela também foi contratada para a construção do Hospital de Campanha da Ceilândia ao custo de R\$ 10.488.201,61, “em processos que carecem de transparência”, objeto da Representação nº 897/2020 pelo mesmo parlamentar e da Decisão TCDF nº 3703/2020; <p>Ao final o Representante requer:</p> <ol style="list-style-type: none">a) o conhecimento da Representação nos termos do art. 230 do RI/TCDF;b) que seja recomendado à SES/DF que todas as propostas de contratação passem a ser “encaminhadas a canais oficiais,

² e-DOC [4BD35727-c](#), fls. 3 (peça 57).

³ e-DOC [4BD35727-c](#), fls. 3-11 (peça 57).



	<p>devidamente vinculados à Secretaria e à sua estrutura formal, para que possam ser rastreadas e acessadas pelos servidores diretamente envolvidos nos processos abertos”;</p> <p>c) que seja determinada à SES/DF a obrigatoriedade de utilização em processos administrativos de canais de comunicação oficiais, de modo a permitir o controle público;</p> <p>d) a reiteração da Decisão nº 3703/2020 para que todos os processos de contratação sejam “abertos, para, se for o caso, aditar a presente representação”.</p> <p>Foram anexados à presente Representação:</p> <ol style="list-style-type: none">1. publicação do Aviso de Dispensa de Licitação em 2.4.2020 (fls. 15);2. Projeto Básico (fls. 16-20);3. Contrato nº 067/2020 – SES/DF (fls. 21-25);4. proposta de preço da empresa vencedora, que firmou o Contrato 067/2020 (fls. 26);5. voto do Conselheiro Manoel de Andrade nos autos do Processo nº 00600-00000674/20-98-e, datado de 3.06.2020(fl. 27-41);6. publicação do Extrato do Contrato (fls. 42-46);7. encaminhamento da presente Representação ao protocolo TCDF (fls. 47-48).
--	---

2. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE		
Requisitos	S/N/NA	Observação:
2.1 - O representante é legitimado?	SIM	
2.2 - A Representação trouxe caracterização circunstanciada da situação (inciso I do § 2º do art. 230 do RI/TCDF)?	SIM	-
2.3 - A Representação foi redigida em linguagem clara e objetiva (inciso II do § 2º do art. 230 do RI/TCDF)?	SIM	-
2.4 - A Representação está acompanhada de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade identificada, apresentando, sempre que possível, a indicação dos princípios constitucionais, dispositivos legais ou regulamentares violados e o potencial impacto lesivo do ato inquirido (inciso III do § 2º do art. 230 do RI/TCDF)?	SIM	Todavia, as irregularidades, em sua maioria, já se encontram em apreciação nestes autos (§§ 5º a 12 da presente Informação).
2.5 - A Representação tem enquadramento da matéria nas competências do Tribunal (inciso IV do § 2º do art. 230 do RI/TCDF)?	SIM	-
2.6 – As informações trazidas apresentam verossimilhança com os fatos representados (inciso I do § 6º do art. 230 do RI/TCDF)?	SIM	
2.7 – O signatário da representação ou documento que solicite a fiscalização de contratação relacionada ao enfrentamento da pandemia decorrente do novo coronavírus (SARSCOV-2), agente causador da Covid-19, realizou o exame das contratações à luz do momento em que foram realizadas, considerando as circunstâncias práticas que houver imposto, limitado ou condicionado a	NÃO	



ação do gestor público, sem prejuízo dos direitos dos administrados, nos termos do art. 22, caput e § 1º, da Lei nº 13.655, de 25 de abril de 2018 (Art. 4º c/c Art. 3º, VII, da Resolução TCDF nº 333/2020);		
2.8 – O signatário da representação ou documento que solicite a fiscalização de contratação relacionada ao enfrentamento da pandemia decorrente do novo coronavírus (SARSCOV-2), agente causador da Covid-19, verificou se, à época da contratação, inexistia a condição que ensejou a dispensa ou inexigibilidade de licitação ou a flexibilização de requisito legal, sempre que apontar a ausência ou a insuficiência da justificativa requerida do gestor público; (Art. 4º c/c Art. 3º, VIII, da Resolução TCDF nº 333/2020);	N/A	
2.9 – O signatário da representação ou documento que solicite a fiscalização de contratação relacionada ao enfrentamento da pandemia decorrente do novo coronavírus (SARSCOV-2), agente causador da Covid-19, verificou, quando houver evidência de “preços abusivos” (sobrepreços), se os valores praticados não constituem oscilações ocasionadas pela variação de preços em tempos de pandemia, considerando as justificativas dos gestores que deverão constar no respectivo processo administrativo; (Art. 4º c/c Art. 3º, VIII, da Resolução TCDF nº 333/2020);	N/A	

3. ANÁLISE

Requisitos	S/N/NA	Motivação
3.1 - Há necessidade de apresentação de esclarecimentos por parte da jurisdicionada ou interessado, conforme § 7º do art. 230 do RI/TCDF?	NÃO	
3.2 – Há necessidade de realização de inspeção?	NÃO	-
3.3 – Há pedido de cautelar nos termos do art. 277 do RI/TCDF?	NÃO	

ANÁLISE DESCRITIVA

4. Inicialmente convém mencionar que a Lei nº 13.790/2020 estabeleceu ao art. 4º a hipótese excepcional e temporária de dispensa de licitação para a aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência decorrente da pandemia provocada pelo COVID19:

Lei nº 13.979/2020

[...]

Art. 4º E - Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, **será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado.**

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o **caput** conterá:

I - declaração do objeto;



- II - fundamentação simplificada da contratação;*
- III - descrição resumida da solução apresentada;*
- IV - requisitos da contratação;*
- V - critérios de medição e pagamento;*
- VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros:*
 - a) Portal de Compras do Governo Federal;*
 - b) pesquisa publicada em mídia especializada;*
 - c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;*
 - d) contratações similares de outros entes públicos; ou*
 - e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e*
- VII - adequação orçamentária.*

§ 2º *Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do **caput**.*

§ 3º *Os preços obtidos a partir da estimativa de que trata o inciso VI do **caput** não impedem a contratação pelo Poder Público por valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que deverá haver justificativa nos autos.” (NR)*
(grifou-se)

5. Por sua vez, o Decreto Distrital nº 40.475/2020 declarou a situação de emergência da saúde pública no Distrito Federal pelo período de 180 dias.
6. Em relação às questões suscitadas na presente Representação, tem-se que o “exíguo prazo” entre a publicação do Aviso de Abertura do certame e a data limite para a apresentação de propostas constitui um elemento que merece ser esclarecido pela jurisdicionada.
7. A par do declarado pelo Representante, foi encaminhado e-mail⁴ pela SES/DF em 01.04.2020 convocando empresas interessadas para participarem da Dispensa de Licitação em comento, sendo que as propostas deveriam ser apresentadas até as 15h do dia 03.04.2020, ou seja, em apenas dois dias após a ciência da existência da intenção de contratar, o que requer a comprovação por parte da SES/DF de que esse prazo restrito de dois dias era de fato razoável e adequado para a apresentação de propostas, dada a complexidade do objeto em tela, detalhado no respectivo Projeto Básico⁵.
8. Verificou-se no Processo SEI n.º 00060-00129560/2020-83, referente à Dispensa de Licitação nº 453/2020 – SES/DF, que resultou no Contrato Emergencial

⁴ e-DOC [2DF2E04B-e](#) (associado aos autos).

⁵ e-DOC [082C7D01-e](#), fls. 38-42 (associado aos autos).



nº 067/2020 – SES/DF, que foram colhidas propostas de 15 (quinze) empresas interessadas:

Tabela 1 - Classificação das Propostas apresentadas pelas empresas interessadas na contratação decorrente da Dispensa de Licitação n 453/2020.

Empresas que apresentaram Propostas	Valores propostos	Valor Referencial	% de Desconto	Posição
MACRO ENGENHARIA	R\$ 2.931.643,82	R\$ 6.077.270,20	51,76%	1º
RELUS ENGENHARIA	R\$ 4.338.554,52	R\$ 6.077.270,20	28,61%	2º
RVA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS	R\$ 4.405.470,12	R\$ 6.077.270,20	27,50%	3º
APCJ	R\$ 4.472.736,62	R\$ 6.077.270,20	26,40%	4º
COMBRASEN	R\$ 4.831.429,80	R\$ 6.077.270,20	20,50%	5º
ATIVOS ENGENHARIA	R\$ 4.904.581,80	R\$ 6.077.270,20	19,30%	6º
CONTARPP ENGENHARIA LTDA.	R\$ 5.092.313,27	R\$ 6.077.270,20	16,21%	7º
NOAH CONSTRUÇÕES E EMPREEND. EIRELI	R\$ 5.183.823,41	R\$ 6.077.270,20	14,70%	8º
EMIBM	R\$ 5.198.486,84	R\$ 6.077.270,20	14,46%	9º
TASS ENGENHARIA E CONSULTORIA	R\$ 5.395.249,58	R\$ 6.077.270,20	11,22%	10º
MENDES LÔBO CONSTRUÇÃO	R\$ 6.033.396,99	R\$ 6.077.270,20	0,72%	11º
MEVATO CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA	R\$ 6.050.366,89	R\$ 6.077.270,20	0,44%	12º
DELCO COMÉRCIO E CONST. LTDA - EPP	R\$ 6.075.727,41	R\$ 6.077.270,20	0,03%	13º
ESTILO EVENTOS	R\$ 9.440.000,00	R\$ 6.077.270,20	-55,33%	14º
REGULUS GLOBAL	USD\$735.000	R\$ 6.077.270,20	-	15º

Fonte: Processo SEI nº 00060-00129560/2020-83 (e-DOC 082C7D01-e, fls. 175-175 - associado aos autos).

9. Apesar de o número de interessados se mostrar expressivo, a ponto de indicar que não houve prejuízo à coleta de ofertas, é de se estranhar justamente a ampla adesão de empresas de engenharia que atenderam ao chamado da SES/DF em face do curtíssimo espaço de tempo disponível para a confecção das planilhas de preço e juntada da respectiva documentação.

10. Importa frisar que não está a se tratar de licitação *stricto sensu*, mas sim de licitação dispensada, de forma que o caráter “competitividade”, aqui retratado pelo quantitativo de interessados, deve ser um elemento acessório a ser considerado na análise das justificativas exigidas nos incisos II (escolha do contratado) e III (preço) do art. 26 da Lei n.º 8.666/1993.

11. Assim, uma vez que a questão não foi verificada nas análises pretéritas, entende-se pertinente aprofundar os possíveis impactos do exíguo prazo de convocação no resultado do procedimento que resultou na contratação da empresa Contarpp Engenharia Ltda.

12. No que tange à alegação de que o Projeto Básico teria sido divulgado após somente a celebração do Contrato Emergencial nº 067/2020 – SES/DF, posto



que o acordo foi assinado eletronicamente em 09.04 e 10.04.2020⁶, verifica-se que a primeira versão do Projeto Básico foi juntada aos autos do referido Processo SEI em 31.03.2020, e uma segunda e derradeira versão em 01.04.2020⁷. Portanto, anteriores à assinatura do contrato.

13. Da mesma forma, consta no e-mail, datado de 01.04.2020, enviado a diversas empresas a cópia do Ofício nº 453/2020 – SES/DF⁸, por meio do qual também foi encaminhado o respectivo Projeto Básico:

*[...] CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL para adequar o Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, visando a implementação o Hospital de Campanha, com a criação de 200 (duzentos) leitos de internação para pacientes em tratamento da doença do Coronavírus (COVID19), **conforme condições e especificações constantes no Projeto Básico anexo.***

14. Quanto à seleção da empresa que apresentou a sétima melhor proposta, importante destacar que apenas a empresa RVA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES – EIRELLI apresentou intenção de recorrer um dia da publicação do resultado do certame, todavia, o recurso não foi conhecido pela SES/DF por ter sido considerado intempestivo.

15. Contudo, insta salientar que a matéria já se encontra em discussão nestes autos, tendo sido prolatada a Decisão nº 4360/2020⁹, por meio da qual foi determinado que a SES/DF apresentasse justificativas em razão da inexistência de disposição fixando prazo para a interposição e exame de recursos:

Decisão nº 4360/2020

[...] IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que: a) apresente circunstanciadas justificativas em relação às irregularidades a seguir, sob pena de aplicação de penalidade aos responsáveis:

[...] ii) cerceamento do contraditório, indicando inobservância do devido processo legal, em desacordo com o art. 3º, caput, da Lei n.º 8.666/1993;

[...]

⁶ e-DOC 900898C0, fls. 24 (peça 36).

⁷ Consulta em 23.10.2020 aos autos do Processo SEI nº 00060-00129560/2020-83, disponibilizado eletronicamente ao TCDF.

⁸ e-DOC [2DF2E04B-e](#) (documento associado aos autos).

⁹ e-DOC [D3CBA417-e](#) (peça 50).



c) doravante, nos processos de licitação ou dispensa de licitação voltados a contratações para enfrentamento da COVID-19, dê publicidade ao resultado do julgamento das propostas e inclua a possibilidade recursal por parte das possíveis empresas interessadas, nos termos do art. 4º-G da Lei 13.979/2020;

16. Impende mencionar que a questão relativa à transparência do procedimento de contratação, atinente ao cumprimento da Decisão nº 3703/2020¹⁰, se encontra em análise nos autos do Processo nº 00600-00000897/2020-55-e, no qual foi prolatada a Decisão nº 4364/2020¹¹ nos seguintes termos:

Decisão nº 4364/2020

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício n.º 6.422/2020-SES/GAB, bem como dos seus respectivos anexos (e-DOC B8EB2D21-c), remetidos pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF; b) do Ofício n.º 88/2020-CGDF/SUBTC (e-DOC C4F86460-c) e dos anexos constantes das peças 66/71, encaminhados pela Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF; c) do documento de e-DOC B677BBC5-c, protocolado nesta Corte pelo Deputado Distrital Leandro Grass; d) do Ofício n.º 6.459/2020-SEEC/GAB (e-DOC 4209407C-c) e dos anexos de peças 90/96, encaminhados pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF; II – com fulcro no art. 277, § 6º, do RI/TCDF, **deferir o pedido constante do documento a que alude o item I.d, concedendo dilação de prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta decisão, para que seja dado cumprimento às determinações constantes dos itens III e IV da Decisão n.º 3.703/2020;** III – com espeque no art. 131 do RI/TCDF, autorizar o fornecimento de cópia integral dos autos, em meio digital, ao Deputado Distrital Leandro Grass; IV – dar ciência desta decisão à SES/DF, à CGDF, à SEEC/DF e ao parlamentar nominado no item III; V – autorizar o retorno dos autos à Seasp/TCDF, para a adoção das providências devidas.

¹⁰ e-DOC [655153D6-e](#) (peça 55 do Processo nº 00600-00000897/2020-55-e).

Decisão nº 3703/2020, por meio da qual o Tribunal:

[...]

III – com fulcro no art. 45 da LO/TCDF, c/c o art. 3º, art. 6º, inciso I, e art. 8º, caput, da Lei Distrital n.º 4.990/2012, e em homenagem aos princípios constitucionais da publicidade e da transparência, **determinar à SES/DF, à CGDF e à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF (responsável pela gestão do SEI-GDF) que, no prazo de 10 (dez) dias, tornem públicas as peças de todos os processos de contratações relacionadas ao enfrentamento da Covid-19, deixando restritos unicamente os documentos abrangidos pelas hipóteses legais de sigilo, mediante justificação adequada à ordem constitucional objetiva, a exemplo da demonstração de risco efetivo à intimidade e à vida privada ou quando se tratar de assunto imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado;** IV – determinar à SES/DF, à CGDF e à SEEC/DF que, no mesmo prazo de 10 (dez) dias, encaminhem ao Tribunal cópia da documentação comprobatória das medidas adotadas para o fiel cumprimento do item III, ou, alternativamente, disponibilizem o acesso ao inteiro teor dos respectivos documentos por meio das ferramentas de consulta pública já disponíveis (tabela contendo o número verificador dos documentos citados – número do SEI, e os respectivos códigos CRC); (grifou-se)

¹¹ e-DOC [FFC876ED-e](#) (peça 100 do Processo nº 00600-00000897/2020-55-e).



17. Por fim, quanto à inexistência de um “canal de comunicação oficial” entre a SES/DF e as empresas interessadas em contratar com o órgão, observa-se que o Representante não indicou eventual dispositivo legal violado. Por outro lado, não parece ser descabida a previsão de encaminhamento das propostas para o endereço eletrônico “dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com”, dada a particularidade excepcionalíssima de situação de calamidade pública no Distrito Federal decorrente da pandemia do COVID19, assim como as circunstâncias que indiscutivelmente passaram a limitar a atuação ordinária do gestor público, inclusive com a adoção de padrões diferenciados de cumprimento da jornada de trabalho e de rotinas administrativas, particularidades que devem ser consideradas a luz do disposto no art. 4º c/c Art. 3º, VII, da Resolução TCDF nº 333/2020.

18. Ante o exposto, entende-se que a maior parte das questões suscitadas na Representação já se encontra em análise perante a Corte de Contas no presente Processo e nos autos do Processo nº 00600-00000897/2020-55, não tendo sido trazido aos autos fatos novos que demandem a reanálise destes fatos.

19. Apenas quanto ao curto prazo de convocação estipulado pela SES/DF para a apresentação de propostas para a Dispensa de Licitação nº 453/2020- SES/DF, tem-se que a questão merece ser melhor analisada à luz dos possíveis impactos no resultado do referido procedimento de contratação, motivo pelo qual se sugere o conhecimento da presente Representação.

PROPOSIÇÕES

20. Ante o exposto, sugere-se o encaminhamento dos autos ao Relator que vier a ser designado, com vistas à adoção das seguintes medidas:

- I. conhecer da Representação encaminhada pelo Exm.º Sr. Deputado Distrital Leandro Grass (e-DOC [4BD35727-c](#), peça 57) e do Ofício nº 586/2020 – GPCF (e-DOC [D87E89BE-e](#) , peça 60);
- II. autorizar:
 - a) a ciência da Decisão que vier a ser prolatada ao Representante, à SES/DF e à empresa Contarpp



Engenharia, CNPJ nº 26.412.148/0001-27, facultando a esta a apresentação de manifestação no prazo de 05 (cinco) dias, em observância ao princípio do contraditório, informando-lhes que as futuras tramitações destes autos poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush;

- b) o retorno dos autos à SEASP para análise do mérito da Representação.

Assinatura Eletrônica
Luciana Rocha de Melo Alvim
Diretora Substituta – DIASP 1